



EDUCAÇÃO INFANTIL NO PERÍODO PANDÊMICO – COVID19: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES¹

BRITEZ, Emerson José de²

OLIVEIRA, Natália Cristina de³

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade abordar algumas considerações acerca do impacto da pandemia do Coronavírus – COVID 19 na Educação Infantil. Desta forma, identificar as metodologias e os recursos didáticos utilizados – de acordo com estudos bibliográficos - para dar continuidade ao processo educativo. Para tanto, nos propomos a responder: qual (is) a (s) forma (s) estratégia (s) didático-metodológica (s) que os docentes precisaram usar para ministrar suas aulas? Quais métodos e recursos? Desse modo, a partir de pesquisa bibliográfica, foram selecionados artigos que discorrem sobre a temática, no momento proposto, sobre como agir para dar continuidade ao processo de ensino aprendizagem. Identificamos que, além das dificuldades das famílias na condução dos estudos, outro grande obstáculo é não saber usar as mídias digitais. Além de não se ter domínio, também foi considerada a ausência de estrutura (conhecimento em informática, acesso à internet e equipamentos), para tais tarefas.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Infantil na pandemia; Covid 19; Ensino remoto emergencial.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo abordar o impacto da pandemia do coronavírus na Educação Infantil, de modo a identificar as metodologias e os recursos didáticos utilizados pelos professores para dar continuidade ao processo educativo e para assegurar a aprendizagem. O interesse em compreender o processo educativo desenvolvido na Educação Infantil devido a pandemia relaciona-se às experiências divulgadas em meios midiáticos. Nos chamou a atenção as problemáticas apresentadas na cidade de Ponta Porã, cidade que em suas instituições escolares atendem crianças brasileiras e paraguaias, conforme os noticiários locais, uma professora brasileira 'enfrenta' cerca de arame farpado para levar educação a alunos paraguaios em quarentena levando os materiais até a linha de fronteira, onde na ocasião estava fechada por determinação do país vizinho - Paraguai, entregando aos pais e/ou responsáveis que deveriam realizar as atividades com as crianças, mesmo sem orientação e formação adequada. "Tive que pensar numa maneira de me interpor



nesse arame. Falei com os militares se eu poderia ir e entregar. Então eu fui e entreguei [atividades]. Na minha opinião a educação não pode parar” (Tânia Loureiro). (Por Martim **Andrada/TV Morena e Flávio Dias, G1 MS — Campo Grande 04/05/2020 16h58**).

Outra motivação, consiste em compreender o acesso e a utilização das mídias digitais, considerando as condições econômicas e sociais tanto das famílias quanto dos professores.

A pandemia de Coronavírus – Covid 19, surgiu por volta de dezembro de 2019, por isso, a origem do nome, ano de sua descoberta, aumentando os casos de pneumonia, inicialmente na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido ainda identificada em humanos, e que rapidamente se espalhou pelo mundo todo. Estima-se que chegou ao Brasil em fevereiro de 2020, mas somente no mês seguinte foi decretado estado de pandemia em todo o mundo.

Dessa forma, a educação passou a ser pensada em como dar continuidade às atividades. O momento totalmente atípico, evidenciou as fragilidades do processo educativo algo jamais pensado ou que um dia alguém pudesse pensar que aconteceria, e que enquanto seres humanos não estávamos preparados para tal acontecimento.

A questão social e educacional da família, pais ou responsáveis sem nível de instrução mínimo para ajudar os filhos e sem estrutura financeira para dispor de internet, celular, tablet ou qualquer tipo de acesso aos meios digitais, são os fatores a serem considerados e até mesmo o preparo dos docentes para tal ocasião, tudo isso soma as dificuldades e aumenta o nível do enfrentamento que se tem pela frente, a saúde mental também será abalada para todos.

De um lado, se encontram as preocupações com os vínculos construídos com as crianças desde bebês e, de outro, a impossibilidade do atendimento diário em um equipamento que, além de ser um espaço de educação e de cuidado, se constitui como lugar de proteção para muitas crianças que são vítimas de muitas mazelas em seus contextos de vida (Pereira & Anjos, 2021, p.7).

Por outro lado, destaca-se as questões vinculadas ao acesso e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, considerando que nem todas as famílias tinham acesso a tais recursos, e em sua maioria não dispõem de



orientações relacionadas ao manuseio de programas, equipamentos e aos conhecimentos necessários para auxiliar as crianças nas tarefas solicitadas. Cabe ressaltar que situação semelhante acontece com os professores que precisaram aprender a elaborar as aulas com auxílio de recursos digitais e a executarem seus planos de aula de forma remota, por vídeo chamada em diferentes plataformas.

Conforme Krenak (2020), foi necessário refletir com calma e paciência de modo a priorizar o bem-estar, a aprendizagem e o desenvolvimento infantil sabendo que a proximidade social afetiva e relacional, eixos fundamentais do trabalho pedagógico destinada a Educação Infantil, no cenário de distanciamento, era inviável.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), em seu artigo 29, estabelece que a finalidade da Educação Infantil é “o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Para nortear o trabalho educativo intencional na primeira etapa da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) indicam princípios éticos, políticos e estéticos e afirmam que práticas pedagógicas devem possibilitar experiências diversas às crianças desde bebês, tendo as interações e a brincadeira como eixos norteadores para consolidação do currículo.

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada (BNCC, 2018, pag. 38).

Porém, as atividades educacionais presenciais passaram a ser suspensas e assim, tornou-se imprescindível pensar em uma forma remota de ensino, considerando vários obstáculos, desde recursos físicos até de logística para dar continuidade ao processo educativo. O problema foi que ocorreu pelo fato de ninguém saber como fazer, ou jamais pensou que algo como isso pudesse acontecer, o que resultou no medo de como agir, além também do medo do contágio. Para refletir sobre estas questões organizamos nosso trabalho da seguinte maneira: na primeira seção tratamos sobre o trabalho pedagógico na Educação Infantil e a centralidade das práticas pedagógicas; na sequência, refletimos sobre a Educação Infantil em tempos de pandemia.



O TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

É na Educação Infantil que começa todo processo de alfabetização do indivíduo, é onde se aprende a interagir com os outros, se dá os primeiros “passos” para aprender a ter um desenvolvimento pleno, porém por que esse fato de tão relevante importância fica em segundo plano? Devido ao fato de inicialmente a educação infantil ter apenas o caráter de “cuidar” e não de sua real essência que é educar, preparar para o mundo. De acordo com Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB):

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (BRASIL, 1996, pag.22).

É muito importante que se trate desse assunto com seriedade, principalmente por parte do Estado, que se gere debates, deixando de assumir a visão de apenas cuidar e assumindo o dever de ensinar com qualidade. Para ensinar, então, precisa ter uma forma de se avaliar esse aprendizado.



para dar continuidade ao processo educativo. O problema foi que ocorreu de fato de ninguém sabia o que fazer, ou jamais pensou que algo como isso pudesse acontecer, o que resultou no medo de agir. Além do medo do contágio. Para refletir sobre estas questões organizamos nosso trabalho da seguinte maneira: na primeira seção tratamos sobre o Trabalho pedagógico na Educação Infantil e a centralidade das práticas Pedagógicas; na sequência, refletimos sobre a Educação Infantil em tempos de Pandemia; e, por fim, algumas considerações finais.

O TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

É na Educação Infantil que começa todo processo de alfabetização do indivíduo, é onde se aprende a interagir com os outros, se dá os primeiros “passos” para aprender a ter um desenvolvimento pleno, porém por que esse fato de tão relevante importância fica em segundo plano? Devido ao fato de inicialmente a educação infantil ter apenas o caráter de “cuidar” e não de sua real essência que é educar, preparar para o mundo. De acordo com Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB):

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (BRASIL, 1996, pag.22).

É muito importante que se trate desse assunto com seriedade, principalmente por parte do Estado, que se gere debates, deixando de assumir a visão de apenas cuidar e assumindo o dever de ensinar com qualidade. Para ensinar, então, precisa ter uma forma de se avaliar esse aprendizado:



[...] a LDB – que desautoriza avaliações de crianças da educação infantil com finalidade classificatória e restritiva da progressão escolar –, a Secretaria de Educação Básica – SEB – do MEC promoveu a criação de um grupo de trabalho que elaborou um documento para orientar a política (denominada ali de “sistemática”) de avaliação da educação infantil (BRASIL, 2012). Tal “sistemática” concebe a avaliação como um processo formativo que, na educação infantil, deve-se voltar para as instituições, os programas e as políticas. Portanto, muito distante do que foi denominado e interpretado como modelo positivista (POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E AVALIAÇÃO. 2013, pag. 08).

A avaliação prova que existe um marco no desenvolvimento infantil esses exemplos já são suficientes para apontar que a creche brasileira, particularmente, a creche pública, vem “oferecendo” a pesquisadores (as) de diversos campos do conhecimento, particularmente na saúde e em disciplinas afins, oportunidades de pesquisa, de temas, problemas, mas, principalmente, de sujeitos: crianças, bebês, por vezes suas famílias e trabalhadores.

Após o reconhecimento do direito dispostos na Constituição de 1988, e no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) de 1996, reforça esse direito a educação, nesse contexto as políticas educacionais voltadas à educação de crianças de 0 a 6 anos era escassa de compensação de carências culturais,

[...] o fortalecimento de uma visão das crianças como criadoras de cultura e produzidas na cultura; e de outro, tem subsidiado a concretização de tendências para a educação infantil que procuram valorizar o saber que as crianças trazem do seu meio sociocultural de origem. Assim, avançou-se no campo teórico e também no campo dos movimentos sociais e das lutas para mudar a situação da educação da criança de 0 a 6 anos no Brasil [...] (BRASIL, 1998, p.20).

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, a educação das crianças de 0 a 6 anos, concebida, muitas vezes, como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional, em resposta aos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças (BRASIL, 1988, p. 26).

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à



dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Entre o planejamento seguro de retorno das atividades presenciais e a substituição de atividades educacionais presenciais por atividades remotas, há muito para ser discutido em como pôr em prática o novo método de ensino, porém o que preocupava era como se daria a educação das crianças pequenas desde bebês, pois as instituições educacionais que oferecia essa modalidade de ensino estavam preparadas para enfrentar essa situação bem como seu corpo docente, esses profissionais da Educação Infantil que muitas vezes percebem as dores vividas por muitas crianças fora das instituições educacionais sem preparo profissional e psicológico para enfrentar tal crise (Pereira, 2021).

Destacamos aqui, de acordo com Anjos (2021), a importância da presença de um professor durante a prática de ensino e aprendizagem, que apresenta tamanha relevância e importância nos processos de brincadeira para as crianças durante a vivência escolar, além de contribuir com a interação social entre elas. Estabelecer vínculos entre si e entre os professores, que denote confiança e liberdade para se expressar e se desenvolver, é fundamental e torna-se impraticável com um distanciamento social – que resultará em prejuízo educacional e emocional.

A presença da arte no espaço da Educação Infantil: um olhar sobre o papel do professor de Educação Infantil frente às propostas em arte”, da autoria de Sandra Terezinha Resner Manhães, trata da importância da formação constante do professor para ampliar os repertórios das crianças a partir dos conhecimentos construídos culturalmente pela humanidade” Práticas Pedagógicas na Educação Infantil: diálogos possíveis a partir da formação profissional (Anjos, 2021, p. 21).

Será preciso ver com outros olhos, ter uma nova percepção, se renovar para que o professor traga novas formas de ministrar suas aulas de forma a alcançar o objetivo de educar, temos então algumas formas de abordagem como no âmbito das linguagens.

EDUCAÇÃO INFANTIL NO PERÍODO DE PANDEMIA

Nessa seção nos propomos a apresentar e analisar o processo educativo



vivenciado por professores e crianças da Educação Infantil no período de pandemia, como os professores passaram a se portar, ou se reinventar, no que diz respeito ao planejamento das práticas pedagógicas, considerando que todos os envolvidos no processo educativo, professores, crianças e famílias foram afetados.

Segundo Pereira (2021), em relação às crianças, foi ainda mais duramente impactante a explicação de que não poderiam ir para escola e nem para outros lugares, que deveriam ficar em casa e que as atividades seriam remotas devido a necessidade de isolamento social. A pandemia do Covid 19 para o mundo foi devastador, deixou todos apavorados, não sabíamos o que estávamos enfrentando e a vida teve por força maior que mudar completamente.

Passamos a nos isolarmos em casa, não era possível levar a vida de maneira normal, ou melhor, passamos a viver um novo “normal” e medidas drásticas foram tomadas pela O.M.S (Organização Mundial da Saúde), no Brasil, assim que os primeiros casos foram confirmados, medidas foram tomadas para tentar conter o contágio, isso quando em maio de 2020 (Organização Mundial da Saúde, 2020). Vários, setores foram afetados, onde então uma das medidas mais extremas foi a suspensão das aulas, ou seja, sem aula presencial, como não estávamos acostumados com isso, ficou a grande dúvida: Como então continuar o processo de ensino e aprendizagem? Diante desses dilemas, muitos questionamentos, pressões e desafios para educadores (as), gestores (as) e outros (as) profissionais da educação, bem como para as crianças e suas famílias (Anjos, 2021).

Diante do índice do isolamento social, várias discussões foram lançadas pelos pesquisadores e movimentos sociais que lutam pelos direitos das crianças até os 6 anos de idade, ainda no início da pandemia, foi possível observar no artigo de Suzana Marcolino (2020), ***As crianças e a pandemia: quais os direitos?*** Uma bela exposição, em concordância com o Guia para a comunidade escolar e profissionais da educação e da proteção da criança e do adolescente. Em seu diálogo, a autora traz alguns pontos de destaque, tais como o papel do adulto; apreocupação com a desigualdade social por meio da proposta da educação a distância (EAD), a importância da brincadeira e a relação família-escola. Com a perspectiva do ensino remoto, aplicado na educação infantil (Marcolino,



2020).

O mais importante a ser observado, certamente será o bem-estar das crianças nesse período em que tudo é novo e assustava, porém sabemos que o prejuízo para o processo de aprendizagem será muito grande, o momento será o de saber como lidar com tal “novo normal”. A família será de extrema importância para fazer essa ligação com o professor, porém existirão os obstáculos de que muitos pais de família não tiveram nível de instrução suficiente para ajudar as crianças com as tarefas (Pereira, p. 2021).

Segundo Anjos (2021), ficou então a cargo dos professores se reinventar, criar formas em que pudesse suprir essa necessidade, por ser uma região de fronteira seca, separados apenas por uma rua e com o avanço da doença, cada país teve que tomar precauções para proteger os seus, sendo assim, com o fechamento da fronteira, afetou diretamente as crianças que moram no país vizinho, uma escola em especial teve a ideia de levar as atividades e entregaram para as crianças na faixa de fronteira.

Esse gesto fez muita diferença na vida dessas crianças e elas se sentiram incluídas e isso amenizou um pouco, sabemos que até mesmos os professores, pais e a sociedade de uma forma geral foram afetados e todos de uma forma ou outra pode contribuir, foi um período de medo, ninguém estava preparado para tal acontecimento e trabalhos pedagógicos precisariam ser pensados e não só isso, precisaria ver como aplicar na forma da lei, pois já que se trata de um direito da criança.

Neste momento em que foi preciso se reinventar para garantir o direito de aprendizagem que devem ser assegurados para as crianças nesta etapa de seu desenvolvimento e a atual situação pede um planejamento seguro de continuara com as atividades agora de forma remota e para isso ser discutido em como pôr em prática o novo método de ensino, porém o que preocupava era como se daria a educação das crianças pequenas desde bebês, pois as instituições educacionais que oferecia essa modalidade de ensino estavam preparadas para enfrentar essa situação? Bem como seu corpo docente, esses profissionais da Educação Infantil, que muitas vezes percebem as dores vividas por muitas crianças fora das instituições educacionais sem preparo profissional e psicológico para o enfrentamento dessa crise, é necessário que as crianças pudessem conviver com outras crianças e adultos, em diferentes grupos e utilizando linguagens diversificadas, o que permite a ampliação do conhecimento



de si, do outro e da sua cultura((BRASIL, 2008).

Com tudo, o brincar, a interação presente no cotidiano nas suas diversas manifestações, em diferentes tempos e espaços, com diferentes parceiros também deve ser ressaltado enquanto possibilidade de desenvolvimento, de conhecimento, agora de uma forma à distância causará prejuízo na cultural e de enriquecimento de experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais”. (Revista Humanidades e Inovação, 2020) e no então atual contexto isso ficou comprometido, que métodos utilizar, como prestar uma educação de qualidade, sabemos que as próprias famílias são carentes de recursos que possibilitem assistir uma a uma por vídeo, não tendo ao menos acesso a aparelhos digitais e acesso à internet, além da falta desses recursos básicos, também não tem conhecimento para usar os meios técnicos.

Com a necessidade de se usar a tecnologia a favor da educação, agora com a interrupção da modalidade presencial por tempo não indefinido, das instituições que atendem as crianças desde bebês a fim de incentivar o isolamento físico e possibilita isso sem dúvida foi o maior prejuízo que esse período de pandemia trouxe, além de interferir na interação das crianças, esse momento que os pequenos tem para conviver com crianças de suas idades e se relacionarem e agora precisam ficar em casa, isso afetou o emocional delas? (Anjos, p.26, 2021).

No Brasil, os dados do Ministério da Educação (MEC) relativos a junho de 2020 indicam a suspensão das atividades presenciais em todas as redes escolares, tanto públicas quanto privadas, nos 26 estados e no Distrito Federal. Segundo dados do Censo Escolar de 2019, seriam quase 9 milhões de crianças matriculadas na Educação Infantil (creches e pré-escolas) nas redes públicas e privadas em todo o país (INEP, 2019), ou seja, muitas crianças de 0 a 5 anos de idade afetadas diretamente pelo cenário descrito (Anjos, 2021 p.78).

A expressão “isolamento social”, e o “fique em casa”, era algo que precisava ser feito, pensando em crianças de 0 a 6 anos, em seu pleno desenvolvimento, isolar agora, apesar de necessário, seria muito prejudicial, além disso, a crise sanitária, trouxe também outros fatores importantes, com desemprego que levou muitas famílias a passar necessidades (Silva, p.10, 2021).

Afinal, o que é essencial para a sociedade nessa condição de sofrimento em que estão imersos os seres humanos de todas as



gerações em período anterior, durante e pós-pandêmico? A condição de pandemia trouxe para o centro das preocupações a saúde e a assistência, declaradas em várias instâncias como áreas essenciais” (Anjos, 2021, p. 42).

A condição de pobreza que afeta as famílias das crianças, levam a essa questão de como dar continuidade aos estudos que, agora de forma remota, fica mais complicado por elas não terem as mínimas condições de acesso as mídias digitais e entre os mais variados motivos que com certeza compromete seu aprendizado e nesse período também por consequência, leva à evasão escolar (Ricardo, 2021).

A forma de retomar as aulas de maneira a não prejudicar o desenvolvimento das crianças seria agora então o novo desafio os possíveis usos das tecnologias no contexto educacional infantil é um dos temas levantados neste cenário, considerando o conhecimento acumulado da área da educação infantil e o lugar que as tecnologias digitais para o momento (Pereira, p.29, 2021).

Seria preciso fazer essa “ponte” entre a família e escola, se organizar para não quebrar esse vínculo tão importante no processo ensino aprendizagem, ainda, considera-se importante a manutenção do vínculo das crianças desde bebês com as unidades educacionais, sendo que algumas iniciativas no contato com os pais-mães/responsáveis pelas crianças, envio de material, contato em reuniões virtuais a fim de enviar e discutir sugestões de atividades.

Considerações finais

Diante ao estudo realizado, observamos que as escolas são espaços propícios para a mediação de conteúdos curriculares, seu papel vai muito além contribuindo também para o desenvolvimento das relações pessoais e interpessoais dos indivíduos que a compõe, incluindo todas as crianças. Dessa maneira, é de suma importância a participação professor da educação infantil no processo de ensino aprendizagem dos alunos, uma vez que todas as bases necessárias para o desenvolvimento do aluno acontecem com a soma de diversos aspectos, como a educação, os relacionamentos e o crescimento.

O distanciamento das escolas, ocasionando pela pandemia, trouxeram vários impactos, pois o afastamento da instituição de ensino comprometeu a aprendizagem de todos os alunos que não possuíram, naquele período, condições de conduzir seus estudos. Essa realidade refletiu de forma ainda mais



notória ao tratar do ensino infantil, em razão dos alunos serem muito imaturos para compreenderem a forma de estudo em que a escola começou a pensar essa nova modalidade de ensino que cabia no período pandêmico. Por fim, é importante que, por mais que as defasagens de aprendizagem tenham sido percebidas, atualmente os alunos inseridos novamente nas escolas, os professores estão oportunizando processos de aprendizagem não desenvolvidas anteriormente. Essa nova forma de ensino surgiu de uma maneira inesperada e nos acende uma “luz” de alerta para que estejamos preparados mesmo para imprevistos.

Referências bibliográficas:

Anjos Cleriston Izidro dos. Pereira Fábio Hoffmann. **Educação Infantil em tempos de Pandemia: Outros Desafios para os Direitos, as Políticas e as Pedagogias das Infâncias**. Centro de Educação Universidade Federal de Alagoas Maceió, Alagoas, Brasil. 2021

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf . Acesso em: 10/10/2023.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996.**

_____. **BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991.**

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).** Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.

Kramer.Sonia. **Crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental.** Doutora em Educação e professora do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). 2006.

Krenek. Ailton. **A Vida não é útil. Pesquisa e organização Rita Carelli.** 1ª edição. São Paulo, Companhia das Letras, 2020. 128 p. ISBN: 978-85-359-33697.



MARCOLINO, T. Q., Benetton, J., Cestari, L. M. Q., Mello, A. C. C. de, & Araújo, A. da S. (2020). **Diálogos com Benetton e Latour: possibilidades de compreensão da inserção social.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 28(4), 1322-1334. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF2032>.

Práticas Pedagógicas na Educação Infantil: diálogos possíveis a partir da formação profissional. / Organizadoras: Angela Scalabrin Coutinho, Giseli Day e Verena Wiggers. – São Leopoldo: Oikos; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012. 372p.; 16 x 23cm. ISBN 978-85-7843-292-8 1. Práticas pedagógicas. 2. Formação profissional – Professor. 3. Educação infantil. I. Coutinho, Angela Scalabrin. II. Day, Giseli. III. Wiggers, Verena.

Políticas de Educação Infantil e avaliação. 2013. Acesso em: 10/10/2023 <https://www.scielo.br/j/cp/a/rCQyvKxLbt68jLbyvmy3bwh/?format=pdf&lang=pt>.

RICARDO. Tiago Eurico de Lacerda. **Educação remota em tempos de pandemia: ensinar.** 1.ed. aprender e ressignificar a educação [livro eletrônico] / – 1.ed. – Curitiba-PR: Editora Bagai, 2021. E-Book.

Revista Humanidades e Inovação v.7, n.1 – 2020- **Humanidades & Inovação.** Palmas, janeiro de 2020. Publicação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Silva Lisandra Oliveira e; Ricardo Karoline Hachler; Terragn Tatiana; Bins Gabriela Nobre. **Educação Infantil, pandemia e reflexões sobre o desamparadamente das infâncias.** 2021.

¹ Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, campus de Ponta Porã, como exigência para a obtenção do título de Licenciado (a) em Pedagogia.

² Acadêmico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Ponta Porã.

³ Orientadora – Doutora em Educação - Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Ponta Porã.